



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. MURILO DOMINGOS)

ASSUNTO:

Autoriza a utilização de 80% (oitenta por cento) do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS após 8 (oito) anos de recolhimento.

DESPACHO 21/05/97 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991)

em 12 de julho de 1997

AO ARQUIVO

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

PROJETO N.º 3.145 DE 19 97

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.145, DE 1997  
(DO SR. MURILO DOMINGOS)



Autoriza a utilização de 80% (oitenta por cento) do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS após 8 (oito) anos de recolhimento.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao PL. 913/91

Em 21/05/97

PRESIDENTE

3145  
PROJETO DE LEI Nº , DE 1997  
(Do Sr. Murilo Domingos)

Autoriza a utilização de 80% (oitenta por cento) do FGTS após 8 (oito) anos de recolhimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - É acrescentado ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, o item XII, com a seguinte redação:

"Art. 20. ....

.....  
XII - no valor de 80% (oitenta por cento), após oito anos de recolhimento."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### JUSTIFICAÇÃO

O objetivo primordial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de acordo com a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, é garantir ao trabalhador uma compensação pecuniária proporcional ao tempo de trabalho de empregado.





Por isso, a lei original restringia excessivamente a movimentação da conta vinculada do trabalhador. Com o passar do tempo, o legislador foi sensibilizando-se com situações em que se vêem os trabalhadores, de modo que as possibilidades de movimentação dessa conta vêm-se ampliando a cada dia. Entre essas hipóteses, está o saque do FGTS para a aquisição da casa própria, bem como para amortização do saldo devedor.

Tal flexibilidade decorrente do caráter patrimonial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Embora sua finalidade primordial seja assegurar ao trabalhador essa retribuição pecuniária proporcional ao tempo de casa, não se justifica que, em determinadas situações, o empregado tenha de valer-se de empréstimos bancários, ou até mesmo de agiotas, quando a precariedade de situações vividas poderá ser superada com o recurso fundiário de que poderá dispor.

É dentro dessa linha de raciocínio que entendemos ser plenamente justificável que, após oito anos de recolhimento do FGTS, possa o trabalhador dele valer-se, na proporção de 80% ( oitenta por cento ), sem que tenha necessidade de vincular essa movimentação a qualquer finalidade.

A transformação em lei da proposta por nos apresentadas, ao permitir o saque de 80% ( oitenta por cento ) após oito anos de recolhimento, produzirá os seguintes efeitos:

**Para o Governo:** O índice de desemprego diminuirá, tornando-se mais real; haverá uma significativa diminuição nos gastos com o Seguro Desemprego; os saldos retirados pelos trabalhadores serão dirigidos ao consumo normal, tornando-se geradores de receita e os recursos existentes na CEF, relativos a esse Fundo, pouco serão afetados, considerando que na prática, o que se propõe, já vem acontecendo:

**Para o participante do Fundo:** Proporcionará programar a sua vida em função do saldo acumulado do seu FGTS; o livrará da situação incômoda de manter a sua carteira de trabalho, com demissões, e não correrá o risco de pressionado pela necessidade de utilizar o seu saldo, forçar a sua demissão em detrimento da segurança do seu emprego;

**Para os Empregadores:** Serão poupados de recorrer a expediente pouco ético para atender os anseios sociais, de seus empregados e evitará, muitas vezes de manter em seu contingente, operários em situação irregular, trabalhando sem registro e,



CÂMARA DOS DEPUTADOS



**Para a Justiça do Trabalho:** O desafogo dos Tribunais Regionais, considerando a diminuição significativa do número de processos, que deixarão de ser encaminhados àquela Representação, para julgamento.

Esperamos contar com o assentimento dos ilustres pares a fim de que o projeto de lei que ora apresentamos seja aprovado

Sala das Sessões, em      de      de 1996

  
Deputado MURILO DOMINGOS

21/05/97

70008912.024





**LEI Nº 8.036 DE 11 DE MAIO DE 1990**

DISPÕE SOBRE O FUNDO DE GARANTIA  
DO TEMPO DE SERVIÇO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

.....

Art. 20 - A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o Art. 18;

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;



c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80% (oitenta por cento) do montante da prestação.

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH.

VIII - quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1 de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta;

*\* Inciso VIII com redação dada pela Lei número 8.678, de 13/07/1993.*

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei número 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

XI - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.

*\* Inciso XI acrescido pela Lei número 8.922, de 25/07/1994.*

§ 1º - A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º - O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.



"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"



§ 3º - O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º - O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º - O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

.....  
.....





**LEI Nº 5.107 DE 13 DE SETEMBRO DE 1966**

**CRIA O FUNDO DE GARANTIA DO TEM-  
PO DE SERVIÇO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º Para garantia do tempo de serviço ficam mantidos os Capítulos V e VII do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho, assegurado, porém aos empregados o direito de optarem pelo regime instituído na presente Lei.

§1º O prazo para a opção é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da vigência desta Lei para os atuais empregados, e da data da admissão ao emprego quanto aos admitidos a partir daquela vigência.

§2º A preferência do empregado pelo regime desta Lei deve ser manifestada em declaração escrita, e, em seguida anotada em sua Carteira Profissional, bem como no respectivo livro ou ficha de registro.

§3º Os que não optarem pelo regime da presente Lei, nos prazos previstos no §1º, poderão fazê-lo, a qualquer tempo, em declaração homologada pela Justiça do Trabalho, observando-se o disposto no art. 16.

.....  
.....



[3006] "COPY" SOLICITADA POR SIGRID

SIGRID TAPAJOS TAVERA  
SIGRIDSEARCH = QUERY  
00002 PL A 00913 A 1991

PL 009131991 DOCUMENT# 1 OF 1

## IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PLS 00012 1991 PROJETO DE LEI (SF)  
 ORGAO DE ORIGEM : SENADO FEDERAL 20 05 1991  
 CAMARA : PL 00913 1991  
 AUTOR : SENADOR : MARCO MACIEL PEI PE  
 EMENTA : ALTERA A LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, (ESTENDENDO O DIREITO AO FGTS AOS TRABALHADORES RURAIS), - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.  
 INSCRIÇÃO : ALTERAÇÃO, LEGISLAÇÃO, (FGTS).  
 EXTENSÃO : (FGTS), TRABALHADOR RURAL

## LEGISLAÇÃO

LEI 008036 DE 1990

## DESPACHO INICIAL

(CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PÚBLICO (CTASP)  
 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

## PROPOS-ANEXADAS

PL 02521 1989	PL 04664 1990	PL 04950 1990	PL 05542 1990
PL 05790 1990	PL 00021 1991	PL 00043 1991	PL 00146 1991
PL 00340 1991	PL 00360 1991	PL 00417 1991	PL 00461 1991
PL 00718 1991	PL 01040 1991	PL 01234 1991	PL 01378 1991
PL 01409 1991	PL 01559 1991	PL 01633 1991	PL 01761 1991
PL 01831 1991	PL 01851 1991	PL 01878 1991	PL 01929 1991
PL 01952 1991	PL 02219 1991	PL 02257 1991	PL 02547 1992
PL 02607 1992	PL 02713 1992	PL 02879 1992	PL 03670 1993
PL 03006 1992	PL 03113 1992	PL 03246 1992	PL 04068 1993
PL 04191 1993	PL 04165 1993	PL 04209 1993	PL 04628 1994
PL 03921 1993	PL 04037 1993	PL 03987 1993	PL 03976 1993
PL 03944 1993	PL 04659 1994	PL 04586 1994	PL 04628 1994
PL 04805 1994	PL 00060 1995	PL 00249 1995	PL 00955 1995
PL 00618 1995	PL 00954 1995	PL 01175 1995	PL 01232 1995
PL 01251 1995	PL 00771 1995	PL 01364 1995	PL 01556 1996
PL 01617 1996	PL 01625 1996	PL 01540 1996	PL 01556 1996
PL 01362 1996	PL 01767 1996	PL 01767 1996	PL 02047 1996
PL 02099 1996	PL 02116 1996	PL 02117 1996	PL 02212 1996
PL 02131 1996	PL 02176 1996	PL 02208 1996	PL 02198 1996
PL 02275 1996	PL 02582 1996	PL 02888 1997	PL 02922 1997
PL 02971 1997			

## ULTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES  
 14 03 1995 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PÚBLICO (CTASP)  
 RELATOR DEB PAULO ROCHA  
 DCN: 15 03 95 PAG 3364 COL 01

## TRAMITAÇÃO

20 05 1991 (CD) MESA DIRETORA  
 DESPACHO A CCJR (ADM) F CTASP  
 20 05 1991 (CD) PLENARIO (PLEN)  
 LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATÉRIA  
 DCN: 21 05 91 PAG 4838 COL 01  
 05 08 1991 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 A 09 08 91.  
 DCN: 03 08 91 AG 12563 COL 01  
 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E PENALIDADE (COJR)  
 NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.  
 05 08 1991 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E PENALIDADE (COJR)  
 RELATOR DEP. JESUS TAIRA  
 03 10 1991 (CD) MESA DIRETORA  
 DESPACHO A CIASP E COJR (ARTIGO 54 DO RI)  
 REGISTRADO RESOLUÇÃO 10/91  
 18 11 1991 (CD) COM. TRÁ. ADM. E SERV. PÚBLICO (CIASP)  
 PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 18 A 22 11 91  
 DCN: 15 11 91 PAG 23401 COL 02  
 (CD) COM. TRÁ. ADM. E SERV. PÚBLICO (CIASP)  
 25 11 1991 APRESENTAÇÃO DE EMENDA PELO DEP. PAULO MANDARINO.  
 16 06 1993 (CD) MESA DIRETORA  
 DEFERIDO OF. S/N. DA CIASP, SOLICITANDO APENSAÇÃO A ESTE  
 DOS PL. 2521/89, PL. 4664/90, PL. 4952/90, PL. 5542/90,  
 PL. 5790/90, PL. 21/91, PL. 43/91, PL. 146/91,  
 PL. 340/91, PL. 360/91, PL. 417/91, PL. 461/91,  
 PL. 718/91, PL. 1040/91, PL. 1314/91, PL. 1378/91,  
 PL. 1409/91, PL. 1559/91, PL. 1633/91, PL. 1761/91,  
 PL. 1831/91, PL. 1851/91, PL. 1878/91, PL. 1929/91,  
 PL. 1952/91, PL. 2219/91, PL. 2257/91, PL. 2547/92,  
 PL. 2607/92, PL. 2713/92, PL. 2879/92,  
 PL. 3006/92, PL. 3113/92, PL. 3246/92 E  
 PL. 3670/93.  
 14 10 1993 (CD) MESA DIRETORA  
 DEFERIDO OFÍCIO S/N. DA CIASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO  
 DO PL. 4068/93 E PL. 4191/93 A ESTE.  
 DCN: 15 10 93 PAG 22044 COL 01  
 09 11 1993 (CD) MESA DIRETORA  
 DEFERIDO REQUERIMENTO S/N. DA CIASP, SOLICITANDO A  
 APENSAÇÃO DO PL. 4185/93 A ESTE.  
 DCN: 10 11 93 PAG 24347 COL 02  
 12 11 1993 (CD) MESA DIRETORA  
 DEFERIDO OFÍCIO S/N. DA CIASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO  
 DO PL. 4209/93 A ESTE.  
 DCN: 13 11 93 PAG 24696 COL 02  
 22 06 1994 (CD) MESA DIRETORA  
 DEFERIDO OF. 243/94, DA CIASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DOS  
 PL. 3921/93, PL. 3944/93, PL. 3976/93, PL. 3982/93 E  
 PL. 4057/93 A ESTE, INDEFERIDO A APENSAÇÃO DO PL. 1269/91  
 A ESTE.  
 DCN: 23 06 94 PAG 10144 COL 01.  
 01 07 1994 (CD) MESA DIRETORA  
 DEFERIDO OF. 248/94, DA CIASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO  
 DO PL. 4588/94 A ESTE.  
 18 11 1994 (CD) COM. TRÁ. ADM. E SERV. PÚBLICO (CIASP)  
 RELATOR DEP. PAULO ROCHA  
 DCN: 19 11 91 PAG 23457 COL 01  
 14 03 1995 (CD) COM. TRÁ. ADM. E SERV. PÚBLICO (CIASP)  
 PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.  
 DCN: 14 03 94 PAG 3206 COL 02  
 02 03 1995 (CD) COM. TRÁ. ADM. E SERV. PÚBLICO (CIASP)  
 NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.  
 11 03 1995 (CD) MESA DIRETORA  
 DEFERIDO OF. 32/95, DA CIASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO  
 DO PL. 60/95 A ESTE.  
 05 05 1995 (CD) MESA DIRETORA  
 DEFERIDO OF. 76/95, DA CIASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DO  
 PL. 249/95 A ESTE.  
 DCN: 06 05 95 PAG 9117 COL 01  
 05 02 1996 (CD) MESA DIRETORA  
 DEFERIDO REQUERIMENTO DO DEP. PAULO ROCHA, SOLICITANDO  
 A APENSAÇÃO DOS PL. 271/95 E PL. 1264/95, A ESTE.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

000 06 02 96 PAG 3335 COL 02  
28 03 1996 (CD) MESA DIRETORA  
DEFERIDO DE 19/96, DA STARR SOLICITANDO A ABSENSAÇÃO  
DO PL 1362/95, A FSTE  
25 07 1996 (CD) MESA DIRETORA  
DEFERIDO REQUERIMENTO DO DEP MAURICIO NAJAR, SOLICITANDO  
A DESAPENSAÇÃO DO PL 2113/96, OFSTE  
000 26 07 96 PAG 21328 COL 02  
13 01 1997 (CD) MESA DIRETORA  
DEFERIDO REQUERIMENTO DO DEP EDUARDO BUENO, SOLICITANDO  
A DESAPENSAÇÃO DO PL 2632/96, OFSTE  
000 14 01 97 PAG 1061 COL 01

IOAGIY FIM DE DOCUMENTOS NA LISTA. TECLA ENTER OU OUTRO COMANDO.

***PL.-3145/97***

**Autor:** MURILO DOMINGOS (PTB/MT)

**Apresentação:** 21/05/97

**Prazo:**

**Ementa:** Projeto de lei que autoriza a utilização de 80% do FGTS após oito anos de recolhimento.

**Despacho:** Apense-se ao PL. 913/91

---